COMO FAZER UMA ANTROPOLOGIA PARA A COMUNIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL?¹

Lourdes Gonçalves Furtado²

É uma questão que se coloca num tempo em que somos convidados a repensar sobre o papel do antropólogo diante da sociedade que estuda, face a um tempo em que a Antropologia, embora sendo reconhecida como ciência eficaz no entendimento do *ser* dessa sociedade, ou como dizia o professor José Edison Ferreira, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Pará, em sua Conferência de Abertura da VII Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste: “a mais humana dentre as ciências humanas!” vem sendo alvo de críticas e indagações, tanto por parte de representantes das chamadas ciências “duras” quanto das ciências humanas. Isto leva-me, na qualidade de antropóloga, a refletir sobre o assunto neste forum tão oportuno.

Por esta razão, trago ao Grupo de Trabalho algumas considerações como “proposta para um repensarmos juntos a Antropologia hoje, *num tempo* em que ganham corpo idéias e tentativas de se substituir abordagens predominantemente de “cima para baixo” ou de “fora para dentro” pelas abordagens de base ou “de baixo para cima”; num tempo em que atores sociais, a partir das *comunidades*, se mobilizam através de suas associações e movimentos sociais para garantir seus direitos de cidadania; em que antropólogos, de diferentes orientações teóricas, são chamados, tanto por instituições governamentais quanto comunitárias, movimentos sociais, associações e organizações não-governamentais (ONGs), a

¹ Este trabalho foi publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, volume 16(2), 2000. A reimpressão deve-se a erros gráficos.

² PR-MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi. Departamento de Ciências Humanas. Pesquisadora Titular. Campus de Pesquisa. Caixa Postal 399. Cep 66040-170, Belém-PA. Tel: 55 91 217.6026. E-mail: lgfurtado@museu-goeldi.br

participar do processo de desenvolvimento. dos povos, com pesquisas, laudos técnicos, assessorias, consultorias, elaboração de diagnósticos e outras formas de intervenção. E nós, aonde vamos, como ficamos, qual o papel do antropólogo? Como nos posicionamos diante dos desafios do tempo presente?

Está em voga no âmbito de agências de fomento e mesmo no de instituições de pesquisa e ensino, a idéia (como regra) de se dirigir à pesquisa científica básica, e entre elas a antropológica, “para a ação, para o desenvolvimento, para a aplicação”, propondo a incorporação de conceitos oriundos de outros campos científicos, no que se tem chamado de projetos integrados ou interdisciplinares.

Esta idéia, na verdade, é concebida como parte da dinâmica da própria pesquisa, como parte do *ser* e do *fazer* da pesquisa antropológica, pela maioria dos antropólogos modernos brasileiros. Portanto, a interdisciplinaridade é assumida como postura por parte do pesquisador no processo teórico-metodológico da pesquisa, e não como justaposição de projetos que integram um programa abrangente.

Nos últimos anos certas agências de fomento têm colocado como critério prioritário para financiamentos de pesquisas a interdisciplinaridade e a aplicação, como se a pesquisa básica e seus resultados já não fossem um instrumento direcionado à aplicação, ao desenvolvimento, por gerar conhecimentos, ou como se a Antropologia moderna, por si, não tivesse um *olhar* orientado para a demanda da sociedade, para a dinâmica dos diferentes grupos humanos que enfoca como tema de análise.

Tal exigência me parece correta e oportuna, sobretudo em se tratando das demandas sociais do presente concernentes a desenvolvimento de comunidades, melhoria da qualidade de vida, solução ou redução de conflitos que se diversificam e se avolumam por questões de apropriação de territórios (terrestres e aquáticos), carência de suporte, de políticas setoriais e de programas verdadeiramente sustentáveis aos interesses das populações nativas.

Dito isto é necessário, entretanto, se entender que a pesquisa antropológica ainda tem muito a oferecer no campo da produção de conhecimentos, com abordagem interdisciplinar ou não, associados a outros instrumentos de ação, que podem ser o fio condutor para revisão de processos, redução de conflitos e consecução de sustentabilidades. É relevante no tempo presente reconhecer que os estudos antropológicos vão a um nível que extrapassa meros dados sócio-econômicos ou mais que uma sessão de socioeconomia num programa ou projeto de pesquisa.

É questionável a visão dicotômica entre pesquisa básica e desenvolvimento ou entre a pesquisa antropológica e o desenvolvimento, que para muitos parece ser verdadeira. É discutível porque supõe uma certa desconstrução ou atenta para o enfraquecimento da pesquisa que desvela relações e processos não identificados e analisados, ainda crucial para a identificação, discussão e negociação de solução de problemas amazônicos. É importante se considerar que a **aplicação prática** ou a **ação antropológica** para o desenvolvimento, não pode prescindir da construção do conhecimento via pesquisa básica ou fundamental e sua extensão, e ao mesmo tempo, se chamar a atenção para os aspectos conceituais que acompanham tal noção.

É oportuno e importante se memorizar nesta VI Reunião Regional de Antropólogos do Norte e Nordeste, que o paradigma da pesquisa antropológica de caráter fundamental ou o modelo unidisciplinar de interpretar a sociedade, que predominou evidentemente no *fazer* antropológico por longos anos, trouxe notáveis resultados traduzindo-se em grandes avanços teóricos e metodológicos sobre a diversidade social, as especificidades ambientais, as mudanças, as diferenças e as desigualdades factíveis no país e na Amazônia.

Esse itinerário não deveria ser compreendido como *uma postura inaplicável* ao desenvolvimento dos grupos sociais com os quais lida o antropólogo, ou uma postura desengajada da realidade, mas como fundamento de toda a ação prática, como um procedimento operativo aos itinerários da aplicação concreta, objetiva, imediata, demandante, enfim da Antropologia Aplicada.

Analisando-se a história da Antropologia na Amazônia, observa-se que à medida em que essa ciência se desenvolve e avança em diferentes áreas culturais – populações indígenas, *caboclas*, grupos urbanos, migrantes – através do trabalho de campo fundamentado no desenvolvimento de linhas de pesquisa, onde a subjetividade também está presente como instrumento de análise, ela desvela e redefine conceitos, avança no reconhecimento das diferenças e das desigualdades, no reconhecimento das potencialidades e capacidades das comunidades humanas concernentes à organização, a manejo e a gerenciamento de recursos naturais e de conflitos; redefine ou descobre assim novas teorias, novos significados e novos campos de ação segundo as demandas originadas nas comunidades em que trabalha o antropólogo, estes acompanhados de novos desafios; descobre nova dinâmica de pesquisa e face à dinâmica social. Pode-se então pensar numa extensão da pesquisa básica?

Quero reportar-me aqui a um campo que vem se construindo e se qualificando como parte do ofício do antropólogo: o da extensão da Antropologia intensificada a partir de demandas (assessorias, consultorias, formação, repasse, etc.) emanadas da comunidade ou identificadas pelo pesquisador. Um campo de atuação não-neutro, guiado por conceitos e teorias disciplinares, que mantém a especificidade interpretativista do antropólogo, fundado em trabalho de campo *stricto sensu* que difere certamente do de outros profissionais, e cujos conceitos, métodos e práticas lhe conferem singularidade *no olhar, no ouvir e no escrever*, diferindo daquele que vai ao campo com uma pseudo-abordagem antropológica, ou como diriam alguns: “uma abordagem mais ou menos antropológica” (*sic*).

É, na verdade, um desafio para os que estão acostumados a trabalhar com pesquisas vincadas numa linha mais unidisciplinar e menos envolvida com diálogos interdisciplinares e com parceiros especialistas. Desafio que propõe o exercício da interdisciplinaridade e do diálogo interprofissional como método de aplicação, transferência ou difusão dos conhecimentos que construímos com nosso trabalho de campo; que propõe a discussão dos conceitos em presença. Enfim, leva-nos à formação de novas alianças ou parcerias para a concretização desse objetivo.

É o desafio para o exercício do trabalho de extensão da Antropologia, esse campo novo de atividades, que desencastela-nos dos gabinetes de trabalho, dos umbrais da academia para vivenciarmos uma nova face do trabalho de campo. Uma prática que sugere a formação de parcerias para se chegar objetivamente ao encontro das demandas sociais, dos anseios da comunidade, isto é, para ir ao encontro de atividades que estão além dos limites do nosso ofício. Uma composição de esforços, responsabilidades e saberes, é crucial nesse mister.

Com essa prática, indissociável da pesquisa básica, é que se busca desvelar entre as populações pesqueiras da Amazônia, suas alternativas para a superação de conflitos e para a participação efetiva e regular nos processos de capacitação de recursos humanos e de gestão de bens e serviços, como por exemplo: no gerenciamento de recursos naturais mobilizáveis e do patrimônio histórico, cultural e ambiental; na eleição de territórios para reservas de natureza varia (ecológica, extrativista, parques, etc.), na titulação de terras, etc.

É um desafio também esse novo tempo a que me referi no início, tempo em que o grupo com o qual convive o antropólogo não é um objeto de pesquisa, mas atores, interlocutores em ação; é um tempo que sugere crucialmente revisão de conceitos e encaminhamentos de pesquisas.

Penso que ao trilharmos este caminho temos uma oportunidade a mais, não a única, para *subsidiar a capacidade das comunidades para aprimorar, definir, desenvolver e implantar estratégias de gestão para a sustentabilidade dos recursos naturais em áreas pesqueiras* (Projeto RENAS, versão 1999- 2001:7); de contribuir para o encontro de respostas mais imediatas aos anseios das comunidades com as quais trabalhamos.

Finalizo colocando a questão: qual o papel do antropólogo diante das demandas que emanam da comunidade; diante da diversificação de atores e de concepções e interesses diferenciados; diante da possibilidade de conflitos que possam ser gerados pelo impacto das pesquisas? Qual o papel do antropólogo e da Antropologia neste final de século?

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
INSTRUÇÕES AOS AUTORES PARA A PREPARAÇÃO DE MANUSCRITOS

- 1) O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* dedica-se à publicação de trabalhos científicos que se referem, direta ou indiretamente, à Amazônia, nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Lingüística, Botânica, Ciências da Terra e Zoologia.
- 2) Os manuscritos a serem submetidos devem ser enquadrados nas categorias de artigos originais, artigos de revisão, notas preliminares, resenhas bibliográficas ou comentários.
- 3) Os trabalhos devem ser encaminhados através de carta à Comissão de Editoração Científica (COED) do Museu Paraense Emílio Goeldi (Av. Magalhães Barata, 376 – São Brás. Caixa Postal 399, Cep 66040-170, Belém, Pará, Brasil).
- 4) À Comissão de Editoração Científica é reservado o direito de rejeitar ou encaminhar para revisão dos autores, os manuscritos submetidos que não cumprirem as orientações estabelecidas.
- 5) Os autores são responsáveis pelo conteúdo de seus trabalhos, que devem ser inéditos, não podendo ser simultaneamente apresentados a outro periódico.
- 6) No caso de múltipla autoria, entende-se que há concordância de todos os autores em submeter o trabalho à publicação. A citação de comunicação de caráter pessoal, nos manuscritos, é de responsabilidade dos autores.
- 7) A redação dos manuscritos deve ser, preferencialmente, em português, admitindo-se trabalhos em espanhol, inglês e francês.
- 8) O texto principal deve ser acompanhado de Resumo, Palavras-Chave, *Abstract* e *Key Words*, Referências Bibliográficas, Tabelas e Figuras, com as respectivas legendas.
- 9) Os textos devem ser entregues em três vias, sendo uma original e duas cópias impressas, além de disquete, ZIP ou CD. As figuras geradas eletronicamente devem estar em arquivos separados: gráficos (Word, Excel) e imagens digitalizadas (formato tiff).
- 10) O título deve ser sucinto e direto, esclarecendo o conteúdo do trabalho, podendo ser completado por subtítulo. O título corrente (resumido) deverá ser indicado pelo(s) autor(es), para impressão no cabeçalho das páginas pares.
- 11) As referências bibliográficas e as citações deverão seguir a normalização do “Guia para Apresentação de Manuscritos Submetidos ao *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*”.
- 12) No artigo constará a data de recebimento e a respectiva data de aprovação pela Comissão Editorial.
- 13) Os autores receberão, gratuitamente, 30 separatas de seu trabalho e 01 fascículo completo. No caso de múltipla autoria, as separatas serão enviadas ao primeiro autor.
- 14) Para maiores informações, consultar o “Guia para Apresentação de Manuscritos Submetidos ao *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*” ou contato com a Editoração: Tels. (91) 219.3316/3317. Fax: (91) 249.0466. E-mail: editora@museu-goeldi.br